



# Flexibilidade da UE em relação aos EUA pode abrir porta a acordo em Copenhaga

## Países mais pobres Bruxelas quer números concretos para o financiamento

● O Parlamento Europeu votará, hoje, uma resolução defendendo que a UE assegure pelo menos 30 mil milhões de euros anuais de financiamento aos países mais pobres, para enfrentarem o problema das alterações climáticas. A resolução - debatida ontem no plenário - reúne a posição dos europeus quanto à participação europeia na cimeira de Copenhaga.

No final de Outubro, os líderes europeus não chegaram a acordo quanto à fatia que caberia à UE dos 100 mil milhões necessários para os países em desenvolvimento a partir de 2020. O Parlamento, porém, quer um número concreto sobre a mesa, tal como deseja a Comissão Europeia.

A resolução foi já aprovada na Comissão de Ambiente do Parlamento (PE), mas ainda é alvo de algumas objecções. O eurodeputado português João Ferreira (PCP), critica a excessiva colagem ao mercado de carbono, como mecanismo essencial para a redução de emissões. "É um instrumento perverso e ineficaz", disse ao PÚBLICO. Com a crise económica, "é mais barato comprar direitos de emissões do que reduzir emissões", afirma. Marisa Matias (Bloco de Esquerda) também não concorda com o peso do mercado do carbono, em especial quando a resolução diz que é daí que virá uma parte substancial das verbas para o financiamento dos países pobres. "Retirar-lhe-ia a lógica, muito orientada para o mercado."

A resolução acentua que, entre os países em desenvolvimento, a China, a Índia e o Brasil têm de tomar medidas para conter o aumento das emissões. Sem o seu contributo, "difícilmente se alcançará o objectivo dos dois graus [de aumento máximo da temperatura global até 2100]", concorda Edite Estrela (PS). Para Maria da Graça Carvalho (PSD), a voz do PE é importante para levar mais ambição às negociações em Copenhaga. "O Parlamento vai ter um papel de certa pressão sobre o Conselho e a Comissão", diz. Estes quatro eurodeputados portugueses vão a Copenhaga. R.G.

### Comissária do Clima

Ministra dinamarquesa proposta para o cargo

A ministra dinamarquesa da Energia e Clima, Connie Hedegaard, foi central na preparação da cimeira da ONU, e ontem o primeiro-ministro Lars Lokke Rasmussen propôs o seu nome para comissária europeia do Clima. A decisão sobre o elenco da Comissão cabe ao seu presidente, mas Rasmussen diz que Durão Barroso aceitou a sua proposta. Actualmente não existe uma pasta específica para o clima, área que está na dependência dos comissários do Ambiente e Energia.

missão de Ambiente do Parlamento Europeu, a UE não deve abrir a porta a compromissos mais fracos de outros países desenvolvidos. "A UE tem de pressionar por objectivos a médio prazo. E o médio prazo deve ser 2020, e não 2030", disse o eurodeputado ao PÚBLICO.

Na prática, o que os europeus estão a fazer, segundo Leinen, é oferecer uma primeira interpretação do que seriam "medidas comparáveis" para reduzir as emissões.

De qualquer forma, a posição comunitária abre as portas a um possível acordo político em Copenhaga. "É um ponto essencial para a negociação", avalia a eurodeputada portuguesa Maria da Graça Carvalho. "Penso que os Estados Unidos são capazes de acelerar a redução de emissões [após 2020], devido à sua capacidade científica e técnica", acrescentou.

Segundo Andreas Carlgrén, se os Estados Unidos adoptarem a posição sugerida e se a China se comprometer a conter o aumento das suas emissões em 30 por cento, a UE poderá subir a sua meta de redução de 20 para 30 por cento até 2020.

*O jornalista viajou a convite do Parlamento Europeu*



AJAY VERMA/REUTERS

### Caso haja acordo, europeus podem reduzir emissões em 30 por cento

já assumidos unilateralmente pela UE e os 30 por cento prometidos, caso haja um acordo sólido em Copenhaga.

Mas a UE está disponível para aceitar um "ponto de partida" dos Estados Unidos, que incluiria também outras medidas, como investimentos dos norte-americanos no combate à desflorestação e em projectos de compensação de carbono, independentes dos esforços para conter as

emissões internas. "Isto faria uma grande diferença", disse Andreas Carlgrén. "Colocaria os Estados Unidos numa posição comparável, em termos de esforços, com a de outros países desenvolvidos."

Segundo o responsável sueco, este caminho seria compatível com o objectivo de limitar a dois graus Celsius o aumento da temperatura média global até ao fim do século.

Para Jo Leinen, presidente da co-

Ricardo Garcia, Estrasburgo

EUA poderão fixar metas para a redução das emissões em duas fases - uma menor em 2020 e outra mais ambiciosa nos anos a seguir

● Uma posição mais flexível adoptada pela União Europeia quanto aos Estados Unidos poderá abrir caminho a um acordo político na cimeira climática da ONU em Copenhaga, que em Dezembro discutirá um substituto ao Protocolo de Quioto. Os Vinte e Sete estão dispostos a aceitar metas de redução de emissões em duas fases para os Estados Unidos - uma menor em 2020, outra mais ambiciosa nos anos seguintes -, complementadas por outras acções dos norte-americanos a nível internacional que ajudem a conter os gases com efeito de estufa a nível global.

Para Andreas Carlgrén - ministro do Ambiente da Suécia, país que detém a presidência da UE até ao fim do ano -, os norte-americanos ficaram para trás, devido à política anti-Quito do ex-Presidente George W. Bush, mas ainda podem recuperar o passo.

"Como estão a começar mais tarde, os Estados Unidos poderiam compensar com um caminho mais acentuado [de redução de emissões] para além de 2020", disse ontem Andreas Carlgrén, à margem de uma sessão do Parlamento Europeu, em Estrasburgo. A UE quer que os EUA apresentem uma trajectória concreta de redução de emissões também para 2030, disse o ministro sueco.

Barack Obama dificilmente levará à cimeira de Copenhaga metas além das que estão a ser discutidas neste momento no Senado norte-americano - 17 a 20 por cento de redução até 2020, em relação a 2005. Na prática, representam uma redução de três a seis por cento em relação a 1990, bastante inferior aos 20 por cento

